

Da possibilidade de alguns de dispor de outros

Considerações sobre a estabilidade das famílias de cativos de pequenos escravistas em uma localidade do Paraná, na passagem do século XVIII para o XIX

Resumo

Nos estudos sobre a escravidão no Brasil, usualmente se enfatiza a viabilidade da família cativa. No entanto, inúmeros autores notaram que a estabilidade dessas famílias era mais efetiva nas regiões agro-exportadoras, posto que nelas as escravarias eram maiores e mais estáveis. Para as regiões não-exportadoras (como a freguesia de São José dos Pinhais, nos séculos XVIII e XIX), voltadas para a pecuária e a agricultura de alimentos e com predomínio de pequenos escravistas, a estabilidade da família escrava estaria mais comprometida. Principalmente, destaca-se que, nesses casos, as formas de manutenção da família cativa se enlaçassem com os eventos da vida de seus senhores. Partindo dessas premissas, por meio do cruzamento de censos populacionais (Listas Nominativas de Habitantes) com registros paroquiais (de batismos, casamentos e óbitos), tentei mostrar, no acompanhamento de alguns casos, a lógica que norteava as práticas senhoriais que determinavam o fracionamento das famílias cativas. Mais especialmente, procurei demonstrar o quanto a concretização destas práticas senhoriais dependia das vontades cativas.

Palavras-chave: escravidão; família; relações entre senhores e escravos.

Abstract

The studies about slavery in Brazil usually emphasize the viability of the slave family. Nevertheless, many authors remarked that stability of these families was more effective in regions of large plantation, because there the slave holdings were larger e more stables. In regions of small plantation (like *Freguesia de São José dos Pinhais*, on XVIII e XIX centuries), involved in cattle-breeding and food production, and where predominated owners with few slaves, the stability of slave family was at risk. Above all, detachs that, in this cases, the forms of maintenance of slaves families were close linked with the events of master's life. From that point, through crossing census data (*Lista Nominativas de Habitantes*) with parochial records (baptisms, marriages and deaths), I tried to show the logic guiding masters practices that caused ruptures in slaves families. I tempt to show how the slaves wishes could influence these masters practices.

Keywords: slavery; family; masters and slaves relationships.

* Professora da ESS/UFRJ; Doutoranda PPGHIS/UFRJ.

Da possibilidade de alguns de dispor de outros

Considerações sobre a estabilidade das famílias de cativos de pequenos escravistas em uma localidade do Paraná, na passagem do século XVIII para o XIX

Cacilda Machado

Em seu clássico livro *Ser escravo no Brasil*, Katia Mattoso atenta ao leitor para a “infinita variedade de condições materiais e afetivas experimentadas pelos escravos brasileiros nos três séculos de sua história”.¹ Ela não foi a única a fazê-lo, de todo modo sua frase resume bem a dificuldade de se construir teoricamente o escravo – tarefa coletiva e sempre inacabada – devido a diversidade que caracteriza essa experiência histórica que foi a escravidão brasileira.

Por esta razão, quando da abordagem das relações entre senhores e escravos, já há algum tempo nossa historiografia vem procurando ir além das noções extremas de escravo-mercadoria e escravo-rebelde. Busca-se agora, e de diferentes formas, descobrir as variantes das ações de resistência, compreender seus significados, perceber mudanças e variações ao longo do tempo. Conforme sintetizou Silvia Lara, “a experiência da escravidão começou a ser inquirida de modo a recuperar a perspectiva dos sujeitos em confronto”.² E desse ponto de vista, os autores têm conseguido fazer emergir o escravo como um agente social ativo, participante da construção de sua história. Assim, por mais que sua localização na rede de dependência que a instituição da escravidão produzia contribuisse para a sua caracterização como o grupo social com menos chances de “dispor de si”, ou mesmo de impor limites ao mando e a sujeição senhoriais, do que essa historiografia já produziu depreende-se que tais possibilidades não estavam totalmente vetadas. Mais que isso, a maior parte dos pesquisadores procura demonstrar que o lugar social do cativo não estava definido apenas pelo título de propriedade ou pela identificação aparente de sua condição social, mas principalmente pelo embate cotidiano entre senhores e escravos.³

Tendo isso em mente, no presente texto busquei – principalmente a partir do cruzamento de informações das listas nominativas de habitantes com registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos – identificar algumas especificidades da constituição e manutenção da família escrava em uma região de pequenos escravistas. Trata-se do vilarejo de São José dos Pinhais, que na passagem do século XVIII para o XIX fazia parte da porção meridional da Capitania de São Paulo, território que mais tarde constituiu a província e depois Estado do Paraná.

Esta região começou a ser explorada pelos portugueses já no século XVI, através de bandeiras exploradoras e preadoras. Contudo, a ocupação tornou-se mais efetiva somente a partir de 1570-1580, quando ali se encontrou ouro aluvional. Em 1617, no litoral, foi fundada a vila de Paranaguá, a qual se tornou centro da então recém-criada Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá – subordinada ao Rio de Janeiro. Ao longo do século XVII manteve-se o interesse pelo ouro, mas a partir do início do XVIII a produção aurífera das Minas Gerais eclipsou sua modesta produção, que no entanto existiu pelo menos até meados do século XVIII. Em 1711, a capitania passou à condição de comarca da então recém-criada Capitania de São Paulo, e em 1735 a casa de fundição de Paranaguá foi definitivamente fechada.

Muito antes da decadência aurífera, porém, a vila de Paranaguá tornou-se, ela própria, um pólo fornecedor de levas migratórias. Na busca por ouro, mineradores atravessavam a Serra do Mar em direção ao planalto, dando origem a novos núcleos populacionais, como os de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (Curitiba) e de São José dos Pinhais (na região contígua a Curitiba), povoações iniciadas ainda no século XVII.

Na medida em que se exauria o ouro, os habitantes do planalto voltaram-se para a agricultura, a pecuária e o tropeirismo, estas duas últimas, atividades que rapidamente se vincularam à economia do Centro-sul, em face da grande demanda por alimentos em Minas Gerais. No século XVIII, o alto preço do gado nas Minas contribuiu para a multiplicação das fazendas de criação e de invernagem, a maioria delas nos Campos Gerais, especialmente após 1730, quando da abertura do Caminho do Viamão, que ligava o Continente do Sul a Sorocaba, passando necessariamente pelo Paraná.

Apesar dos desafios da empreitada,⁴ estima-se que entre 1750 e 1780, cerca de 5.000 mulas, por ano, foram enviadas do sul para São Paulo; entre 1780 e 1800 esse número subiu para 10.000 por ano, e para

20.000 entre 1800 e 1826. As terras do sul seguiram envolvidas na atividade do criatório no século XIX, chegando a remeter para Sorocaba mais de dois milhões de animais entre 1825 e 1889 - dos quais mais da metade eram mulas.⁵ Graças a essa atividade, no Paraná incrementou-se a ocupação da região do planalto, em direção ao oeste, e Curitiba desenvolveu-se como centro importante, disputando com Paranaguá a hegemonia econômica e política local, até se tornar a sede da Comarca, em 1812.

Simultaneamente à criação e invernagem, a população do planalto, especialmente aquela estabelecida em Curitiba e seu entorno, produzia milho, trigo, feijão e mandioca, atividade que garantia o abastecimento regional e dava suporte ao setor de exportação. Nessa região as propriedades eram em geral menores do que aquelas dos Campos Gerais, compondo-se sua paisagem agrária principalmente de sítios agrícolas e, de quando em quando, uma fazenda. Ali a população de escravos e agregados era menos numerosa, se comparada àquela presente nos Campos Gerais, e o trabalho familiar adquiria maior peso.

A escravidão na freguesia de São José dos Pinhais

No período aqui abordado o vilarejo de São José dos Pinhais era freguesia da vila de Curitiba, situado à sudeste desta, em direção a Serra do Mar. Em 1782, sua população compunha-se de aproximadamente 1000 pessoas, sendo escravas 15% delas.⁶ Em 1804, 11,5% dos 1894 habitantes eram escravos, em 1830 estavam nessa condição 10,2% dos 3240 habitantes.⁷ Em todo o período, esses cativos pertenciam a poucos senhores: em 1782 e em 1803, não havia escravos em 80,5% dos domicílios da freguesia, e esse índice subiu para 83,7% em 1827. Além disso, a maior parte dos escravistas do lugar tinha no máximo quatro cativos, tendência que se acentuou ao longo do tempo (tabela 1).

Tabela 1 – Estrutura de posse de escravos, por domicílio.
São José dos Pinhais (1783, 1803 e 1827)

Número de escravos	1782		1803		1827	
	No. Domicílios	%	No. domicílios	%	No. domicílios	%
1 a 4	18	58	41	66	72	75
5-9	9	29	17	27	23	24
10-19	4	13	4	6	1	1
Total	31	100	62	100	96	100

Fonte: Listas nominativas de São José dos Pinhais de 1782, 1803 e 1827. Cópias do acervo do CEDOPE -- DEHIS/UFPR (originais no Arquivo do Estado de São Paulo).

Tabela 2 – Composição sexo-etária da população livre e escrava
São José dos Pinhais, 1803

	Escravos		Livres	
	#	%	#	%
Até 9 anos	83*	35,8	552	33,3
10 a 49 anos	127	54,7	953	57,4
50 anos ou +	22	9,5	154	9,3
Total	232	100,0	1659	100,0
Quant. homens	122/254*	48,0	827/1659	49,8

* Existe uma criança cujo sexo não pôde ser lido, e 15 homens e 7 mulheres cujas idades não puderem ser lidas.

Fonte: Lista nominativa de São José dos Pinhais de 1803. Cópia do acervo do CEDOPE -- DEHIS/UFPR (originais no Arquivo do Estado de São Paulo).

Nas tabelas 2 e 3 é possível comparar o quantitativo populacional, por idade e sexo, nos grupos livre e escravo da freguesia, para dois anos (1803 e 1827).⁸ E por elas se pode observar que eram praticamente iguais em 1803, compondo-se ambos de muitas crianças e com equilíbrio dos sexos; em 1827 os cativos tinham um pouco mais de adultos, mas ainda mantendo o equilíbrio dos sexos. Isso significa que na freguesia, por

então, pouco se comprava escravos no mercado externo à freguesia (e quando isso ocorria comprava-se muitas mulheres), Para a reposição ou incremento de suas escravarias, portanto, esses pequenos senhores dependiam basicamente da reprodução endógena da comunidade de cativos, ao menos no período aqui observado.

Tabela 3: Composição sexo-etária da população escrava
São José dos Pinhais, 1827

	Escravos		Livres	
	#	%	#	%
Até 9 anos	91	32,2	1064	38,2
10 a 49 anos	181	63,9	1480	53,2
50 anos ou +	11	3,9	240	8,6
Total	283	100,0	2784	100,0
Quant. homens	143/285*	50,2	1354/2784	48,6

* Existem 2 homens cujas idades não puderem ser lidas.

Fonte: Lista nominativa de São José dos Pinhais de 1827. Cópia do acervo do CEDOPE – DEHIS/UFPR (originais no Arquivo do Estado de São Paulo).

Este quadro talvez possa ser estendido a boa parte da Capitania de São Paulo, pois os autores que estudam a escravidão paulista nas áreas econômicas de subsistência e abastecimento costumam encontrar uma estrutura sexo-etária bastante semelhante à de São José dos Pinhais. Francisco Vidal Luna, por exemplo, ao estudar treze localidades da capitania São Paulo, em 1776, 1804 e 1829, a partir de listas nominativas, observou que nas áreas de exportação a razão de masculinidade era mais alta do que nas de subsistência e abastecimento, nas quais existia maior equilíbrio quantitativo entre os sexos. As áreas de cultivo para exportação apresentaram os menores índices de população cativa infantil. Inversamente, em Curitiba, Mogi das Cruzes, São Paulo e São Sebastião resultaram os maiores valores, a refletir, para o autor, a predominância de atividades pouco voltadas para o mercado externo e, portanto com menor capacidade de compra de novos escravos adultos, em idade produtiva, servindo-se, provavelmente, de uma maior parcela de cativos nascidos na própria região.⁹

A família escrava em São José dos Pinhais

Uma vertente da (relativamente) nova historiografia sobre a escravidão, antes referida, dedica-se ao tema da família escrava. Não cabe aqui efetuar uma análise minuciosa desses trabalhos, até porque muitas já foram realizadas.¹⁰ Num balanço geral, no entanto, posso destacar a importância dessa produção para a revisão dos estereótipos de promiscuidade que por tanto tempo se atribuiu aos escravos e, principalmente, por impor a aceitação de que os cativos podiam construir outras relações sociais, para além daquela básica que o ligava a seu senhor, e obrigar a classe senhorial a levar em conta a família e a comunidade escravas no cálculo econômico das empresas.¹¹ Para o desenvolvimento do presente texto, contudo, eu gostaria, a partir de alguns poucos autores, de resgatar aspecto sempre presente nas discussões, e que diz respeito à maior ou menor possibilidade de formação e manutenção de laços familiares, conforme o tamanho do plantel em que o cativo se encontrava.

Dentre estas pesquisas está o referido estudo de João Fragoso e Manolo Florentino, realizado a partir de documentação relativa a grandes plantéis de fazendas do Vale do Paraíba fluminense. Uma das mais marcantes contribuições desse trabalho foi a contestação de antigas teses que negavam a possibilidade de existência de vida familiar entre os cativos no Brasil, especialmente para aqueles estabelecidos nas fazendas agroexportadoras, devido à escassez de mulheres e à preferência senhorial pela reposição da mão-de-obra por meio do tráfico Atlântico. Em inventários de grandes escravistas, estes pesquisadores encontraram um percentual relativamente alto de escravos com laços parentais mesmo antes do fim do tráfico (em torno de 36,5%). Os autores puderam, inclusive, sugerir a existência de um mercado de famílias na região: dos escravos comprados até 1872, 33,6% estavam unidos por laços de parentesco de primeiro grau, e 54% das famílias ali existentes foram total ou parcialmente compradas ou herdadas. Além disso, conseguiram identificar um bom número de famílias estendidas, bem como construir a genealogia de um grupo familiar cujas primeiras três gerações surgiram e se consolidaram antes do fim do tráfico.¹²

Graças a trabalhos como este, hoje quase todos concordam que a família escrava era perfeitamente viável na *plantation*. Acredita-se, inclusive, que a despeito das elevadas razões de masculinidade, nessas áreas havia uma maior incidência de casamentos legítimos entre os escravos, bem como maior duração dos laços familiares, pois ali os plantéis eram maiores e mais estáveis.

Para os cativos pertencentes a pequenos escravistas, todavia, as dificuldades deveriam ser maiores. Já há algum tempo identificou-se uma relação direta entre tamanho do plantel e família escrava, pois haveria maior probabilidade de existência de famílias nos maiores, ainda que não se descarte a existência delas nas pequenas escravarias.¹³ Francisco Vidal Luna enfatiza que nas áreas em que a regra era a posse de uns poucos cativos, embora ocorressem casamentos entre escravos e livres, provavelmente o efeito inibidor provocado pela preferência senhorial por uniões dentro dos plantéis reduzia a proporção de escravos que conseguiam uma relação conjugal estável, pois dispunham de poucas opções. Para treze vilas da Capitania de São Paulo, esse autor calculou que, em 1804 e em 1829, nos plantéis de até 10 escravos, apenas 17 a 27% dos cativos com mais de 15 anos eram casados e viúvos, enquanto para os segmentos seguintes tais valores situavam-se entre 33 e 40%.¹⁴ José Flavio Motta, igualmente, calculou que em Bananal (SP), em 1801, 9/10 dos cativos casados ou viúvos (com mais de 14 anos) viviam em plantéis com mais de 10 escravos. Esse autor observou ainda que apenas 7,4% dos cativos de pequenos plantéis (1 a 4) eram casados ou viúvos, sendo esse índice de 27,3% nas escravarias médias (5 a 9) e de 46% nas maiores.¹⁵ Na comarca paranaense, região na qual, nesse período, predominava os pequenos escravistas, Iraci Costa e Horácio Gutierrez, a partir de mapas de população para nove localidades, e considerando a população escrava com mais de 10 anos de idade, encontraram apenas 20,4% de casados ou viúvos, sendo este índice de 19% para os homens, e de 21,9% para as mulheres.¹⁶

Em São José dos Pinhais, ambiente de domínio quase absoluto de pequenos escravistas, os dados tendem, num primeiro momento, a confirmar as dificuldades dos cativos em constituir e manter relações parentais. Isto porque, na comparação com os livres, poucos escravos legitimavam uniões matrimoniais. A partir de mapas de população,¹⁷ mensei o estado matrimonial dos cativos com mais de 20 anos, encontrando, para Curitiba e São José, juntas, uma taxa de 19,5% de casados e viúvos em 1804, e de 18,9% em 1830, índices bem mais baixos do que os da população livre (73,8% em 1804 e 79,1% em 1830) e mesmo da população livre de cor (57,9% em 1804 e 75,5% em 1830). Os dados sobre legitimidade dos filhos de cativas da freguesia refletem esse quadro: dentre 271 crianças de mães escravas que ali foram batizadas entre 1775 e 1802, 55,4% (150) eram ilegítimas. Para 684 crianças de mães livres cujos batismos estão registrados nesse mesmo período, as ilegítimas constituíam apenas 26,2% (179).¹⁸

Nessa freguesia também encontrei relação entre casamento cativo e tamanho da escravaria. Nas menores (com até 4 cativos), apenas 16% dos escravos com 20 anos ou mais eram casados ou viúvos em 1803, embora eles fossem 42% nas escravarias maiores. Em 1827, apenas 19% deles eram casados ou viúvos nas pequenas escravarias, e 37% nas maiores. Além disso, ser o único escravo de um domicílio provavelmente podia representar empecilho ao casamento. Em 1803, somente um dos sete cativos nessa condição (e com 20 anos ou mais) era casado, e somente dois dos 15 cadastrados em 1827.¹⁹

No entanto, seria lógico deduzir que, neste ambiente de senhores de poucos cabedais, em que o mercado de cativos constituía-se alternativa raramente acionada, não haveria porque obstar a formação de casais cativos, visto a necessidade de reprodução da mão-de-obra. Daí deduzo que a maior parte dos escravos da freguesia tinha parentes, e as dificuldades residiriam sobretudo na legitimação da família²⁰ e na sua estabilidade domiciliar. Creio, enfim, que nossa dificuldade em identificar relações parentais entre os cativos de pequenos escravistas está relacionada basicamente à sistemática omissão desses vínculos nas fontes, e especialmente ao fracionamento das famílias em vários domicílios. No entanto, vale a pena pesquisar mais acerca das características desse fracionamento.

A partir do cruzamento da lista nominativa de 1803 com registros de batismos, casamentos e óbitos da freguesia pude resgatar algumas famílias de cativos de São José dos Pinhais, ou pedaços delas. Dos 63 domicílios escravistas naquele ano, consegui confirmar a existência de relações familiares em 34 deles, englobando 124 (48,6%) cativos dos 255 arrolados na freguesia, percentual tão ou mais significativo do que aquele comumente encontrado em plantéis de grandes escravistas. Ademais, muito provavelmente este é um índice muito subestimado, pois os cativos para os quais não encontrei laços parentais podem ter seus batismos e/ou casamentos registrados em outras localidades, ou não puderam ser encontrados na paróquia, devido à existência de outras pessoas com o mesmo nome, ou ainda cativos com laços familiares com livres e com escravos de outros fogos, difíceis de serem resgatados pelo pesquisador.

De todo modo, as relações recuperadas falam um pouco da variedade de arranjos familiares existentes.

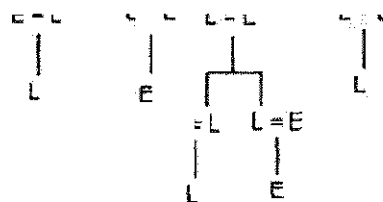
Começando pelo parentesco mais comumente encontrado entre os historiadores da família escrava, qual seja, as mulheres solteiras com seus filhos. Em minha amostragem estão 19 mulheres nesta condição, com um total de 33 filhos. Nem todas essas crianças, contudo, seriam frutos de ligações eventuais. Um indício disso está na casa número 241, chefiada por Manoel Bueno. Em sua propriedade, além da família, viviam 12 escravos. Um de seus cativos era a parda Maria, de 25 anos, recenseada como solteira. A busca em registros de batismos indicou que ela seria a mãe de Gertrudes (7 anos), Eufrosina (5 anos), Francisca (4 anos) e Manoel (3 anos), todos eles presentes no fogo, e os dois últimos registrados na paróquia como filhos seus com o forro Antonio Jorge, este, por sua vez, filho de João Angola, escravo do capitão Jacinto Jorge.²¹ Este escravo do capitão, junto com sua segunda mulher, Eufrásia,²² naquele momento estava agregado no domicílio de Manoel Bueno (antigo fazendeiro do Capitão Jacinto Jorge).

Contei também 22 escravos viúvos ou que formavam casais. Seus filhos, juntos, compunham um grupo de 14 pessoas. Havia ainda 11 crianças escravas sem os pais, mas vivendo com irmãos. Finalmente, levantei a existência de 16 escravos casados, porém sem que seus cônjuges estivessem no plantel. Eram sete homens e nove mulheres, alguns deles casados com forros ou livres. Era o caso do escravo Bento, um pardo de 48 anos, que pertencia a Antonio Pereira do Valle (domicílio 4 da lista de 1803). Ele era casado com a parda livre Ana Pereira, recenseada na casa de número 25, encabeçando o domicílio e vivendo na companhia de oito filhos, todos eles filhos também de Bento.²³ Alguns desses cônjuges livres viviam no domicílio do cônjuge cativo. Era o caso do João, que vivia agregado no domicílio da senhora de sua esposa, a escrava Suzana (casa 117).²⁴ Finalmente, identifiquei oito cativos, filhos de alguns desses escravos casados fora do plantel.

Esses últimos dados refletem bem uma característica de grande interesse, relativa ao comportamento cativo em São José dos Pinhais (e talvez também de outras localidades em que o tráfico pouca influência tinha na caracterização demográfica dos escravos). Naquela freguesia, as uniões matrimoniais legítimas dos cativos eram majoritariamente mistas: dos 148 casamentos envolvendo escravos, registrados na paróquia entre 1759 e 1888, 64 uniram dois cativos, e os outros 84 uniram um escravo a um forro ou um livre.

Aliás, se o parentesco tem sido usado, pela historiografia, como indício da existência de uma comunidade de escravos, as informações sobre casamentos em São José, acima indicados, a meu ver podem ser interpretadas como indício da existência, ali, de uma comunidade de escravos e livres (estes, geralmente pardos ou negros). Ao que parece, em São José a família escrava muitas vezes atravessava o cativo e a liberdade, sincrônica e diacronicamente. Veja-se o exemplo do grupo familiar encabeçado por Jerônimo, escravo do Capitão Antonio João da Costa, e Verônica, mulher livre que vivia sob a administração do mesmo Capitão Antonio João. Esse casal, unido provavelmente em torno de 1765, teve pelo menos seis filhos (quatro mulheres e dois homens), todos livres. Resgatei os casamentos de quatro deles, sendo que dois (um homem e uma mulher) se casaram com escravos, e pelo menos um neto livre se casou com uma escrava, determinando a reinserção do cativo na história familiar. O esquema da genealogia (incompleta) dessa família, na figura 1, a seguir, destaca este movimento.

O cruzamento de dados das listas nominativas e dos registros paroquiais me permitiu, igualmente, detectar alguns arranjos familiares multidomiciliares, por vezes englobando avós, filhos e netos. É o caso das famílias de Dorothea e Elena, e dos casais Antonio Guiné e Esperança, e Antonio Angola e Simoa.



Homem
L (livre)

Dorothea e Elena, escravas do Alferes Antonio dos Santos Teixeira

No domicílio chefiado pelo Alferes Antonio dos Santos Teixeira em 1803 (casa 186), vivia a cativa Dorothea. Nos registros paroquiais encontrei o batismo de cinco filhos desta escrava,²⁵ dois deles (Manoel e Elias, de 10 e 8 anos em 1803, no censo) vivendo em sua companhia, e outros três ausentes - Ignácio, Jacinta e Felizarda. Ocorre que, no domicílio 187 encontrei uma escrava de nome Felizarda, 20 anos (esta, com um filho, Domingos, de dois anos) e na casa 199 havia dois cativos com os nomes Ignácio e Jacinta (16 e 8 anos), todos eles com idades mais ou menos compatíveis com as que teriam os filhos de Dorothea.

Na mesma situação estava a parda Elena. Localizei o registro de oito filhos desta escrava,²⁶ dentre os quais Felisberta, Izabel e Florentino. As duas primeiras, com 20 e 7 anos, respectivamente, viviam com Elena no domicílio do Alferes Antonio dos Santos, portanto eram certamente suas filhas; o terceiro, Florentino (7 anos), tal como a filha e o neto de Dorothea, vivia no domicílio 187. Encontrei também o registro de óbito de seu filho Antonio, falecido em 1797, aos três meses de idade.²⁷ Quanto aos demais (Eleutério, Tomásia, Leonor e Maria), eu não pude obter qualquer informação.

Mas a presença dos cativos nesses outros fogos não era aleatória. A casa listada sob o número 187 era chefiada por Policarpo Eloy, filho do Alferes Antonio dos Santos Teixeira e de Joanna Rodrigues França, e a casa 199 pertencia a Francisco Pinto, casado com Josefa Rodrigues França, filha do mesmo casal.²⁸ O alferes Antonio dos Santos tinha outros dois filhos: Antonio dos Santos Teixeira (2.º) e Anacleto José dos Santos, que naquele momento não estavam vivendo na freguesia, e com quem talvez estivessem os outros filhos da escrava Elena. Ou quem sabe eles tenham sido vendidos para senhores de outra freguesia.

Antonio Guiné e Esperança, escravos de Manoel José da Cruz

A escrava Esperança teve pelo menos cinco filhos: Feliciano, Teresa e Ilária (crianças de pais incógnitos), além de Joaquim e Policarpo (seus filhos com o também cativo Antonio Guiné).²⁹ Em 1803 o casal pertencia a Manoel José da Cruz (casa 79), e nesse domicílio eles viviam com os filhos Feliciano e Joaquim. Nessa lista, anotou-se que a filha Ilária havia falecido há pouco, com 9 anos de idade. No mesmo ano, a filha Theresa (11 anos) vivia na casa de Francisco Bueno da Rocha, recém-casado com Gertrudes, filha de Manoel José da Cruz (casa 84). De Policarpo (que teria 2 anos) não encontrei registro.

Em 1818, a casa de Manoel José da Cruz foi recenseada sob o número 59, e seu genro no domicílio 54. Nesse ano, na casa de Manoel José da Cruz o casal de escravos ainda vivia com os filhos Feliciano e Joaquim. A filha Theresa continuava cativa no domicílio do genro de Manoel José da Cruz. Nesse fogo encontrava-se o escravo João (na casa desde 1803), marido de Thereza desde 1805,³⁰ e também as crianças Ignácio, Salvador e Anna (com respectivamente 10, 6 e 3 anos), todos eles filhos do casal.³¹

Antonio Angola e Simoa, escravos de Bernardo Martins Ferreira

A trajetória mais completa que pude levantar foi a da família de Antonio Angola e da mulata Simoa. Esse casal de escravos se casou em São José dos Pinhais em 1764,³² e ambos eram propriedade de Bernardo Martins Ferreira (que aliás era sogro de Manoel José da Cruz, chefe do domicílio do caso anterior). Antonio e Simoa tiveram pelo menos quatro filhos: Salvador, Feliciano, Agueda e João.³³ Em 1803 o filho Salvador vivia na casa de Manoel José da Cruz (este, casado com Margarida Angélica). Feliciano, a filha mais velha de Simoa e Antonio Angola, casou-se em 1783 com Joaquim, que fora escravo de Manoel Ribeiro, da vila de São Pedro do Rio Grande, mas que na ocasião do casamento pertencia ao Tenente João da Rocha Loures, genro de Bernardo Martins e de Margarida Oliveira. No registro de casamento consta que também Feliciano naquele momento era propriedade de João da Rocha Loures.³⁴

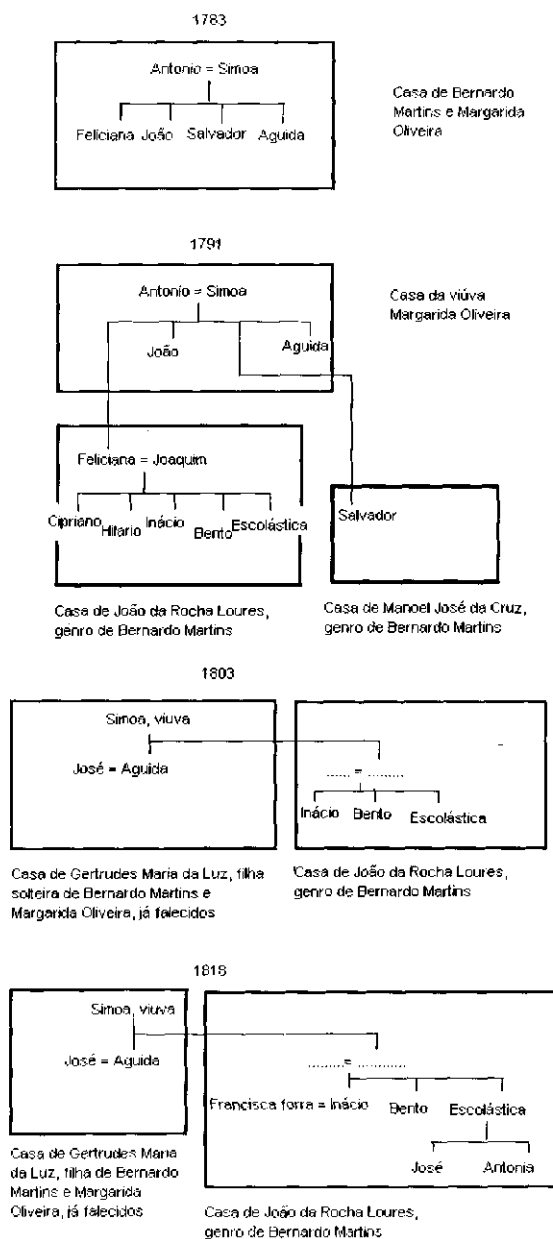
Joaquim e Feliciano tiveram pelo menos cinco filhos: Cipriano, Hilário, Inácio, Bento e Escolástica.³⁵ Os dois primeiros faleceram precocemente: Hilário em 1786, aos sete meses,³⁶ e Cipriano em 1797, com 13 anos (de cólica)³⁷. Em 1803, Inácio (15 anos), Bento (13 anos) e Escolástica (11 anos) estavam vivendo na casa do agora Capitão João da Rocha Loures.³⁸ Não encontrei qualquer registro do paradeiro de Joaquim. No entanto, sei que Feliciano havia falecido em 1793, com apenas 26 anos de idade.³⁹

Agueda, a outra filha de Antonio e Simoa, se casou, em 1801, com o cativo José, propriedade de Gertrudes Maria da Luz (ou Gertrudes Martins), filha solteira de Bernardo Martins. Naquele momento Agueda foi citada como cativa de Margarida de Oliveira Leão (então viúva de Bernardo Martins). Em 1798, ainda solteira, Agueda vivia na casa de sua senhora com a mãe Simoa (já viúva) e o irmão João. Em 1803,

Margarida Oliveira já havia falecido, e agora Agueda e o marido, que viviam na casa de Gertrudes Martins, tinham a companhia de Simoa (mas não encontrei mais o irmão João). Na lista nominativa de 1818, Simoa (já com 80 anos) e o casal Agueda e José ainda viviam naquele domicílio.

Neste ano de 1818, na casa do Capitão João da Rocha Loures⁴⁰ havia cinco cativos. Inácio, Bento, e Escolástica ainda estavam lá, com 28, 23 e 21 anos, respectivamente. Desde 1814 Inácio estava casado com a forra Francisca, filha da escrava Antonia, de propriedade de Isabel Buena,⁴¹ esta última, uma prima da esposa de João da Rocha Loures.⁴² Em 1818, Francisca encontrava-se agregada na casa do Capitão Rocha Loures. Bento e Escolástica estavam solteiros. Os outros dois cativos do domicílio eram as crianças José (pardo de 5 anos) e Antonia (parda de 7 anos), filhos de Escolástica.⁴³ Um esquema da trajetória domiciliar dos membros dessa família pode ser visto na figura 2, a seguir.

Figura 2: Trajetória domiciliar da família dos cativos Antonio e Simoa



Conclusão: o cálculo senhorial e a vontade do cativo

As trajetórias familiares aqui recuperadas permitem a realização de algumas interpretações relevantes. Num cômputo geral, creio poder afirmar que a transferência de cativos, por pequenos escravistas, para as casas dos filhos, ao menos nesses exemplos certamente obedecia a interesses senhoriais. No caso do Alferes Antonio dos Santos, me parece evidente o desejo deste em ajudar os filhos a formar plantel próprio, e ao fazê-lo, separou as cativas Dorothea e Elena de alguns de seus filhos. E sobre sua estratégia, considero interessante observar que, ao transferir para um dos filhos dois cativos irmãos e, para o outro, dois escravos não aparentados, mas com idades muito diferentes (a cativa tinha idade para ser mãe do cativo), o alferes Antonio dos Santos potencializou a formação de duas famílias escravas para cada um dos filhos. Além disso, para cada um ele cedeu um cativo e uma cativa, sendo as mulheres mais velhas, portanto com amplas possibilidades de serem mães num tempo relativamente curto (o que de fato aconteceu com Felizarda, que já tinha um filho de dois anos), e assim aumentar a escravaria dos domicílios.

Já o escravista Manoel José da Cruz manteve em seu domicílio o casal de escravos Antonio e Esperança com alguns filhos, e (provavelmente dote) passou à filha uma escrava que, com o passar dos anos se casou e teve filhos, aumentando assim o plantel do genro. O escravista Bernardo Martins (e depois sua viúva Margarida de Oliveira), igualmente manteve o casal de escravos original em sua casa, com um filho, transferiu um cativo para uma das filhas, e uma cativa para cada uma das outras duas filhas. Quando morreu Margarida de Oliveira, a já viúva escrava Simoa, com seu filho João também foram parar na casa da filha solteira, Gertrudes. Há, pois, nesses casos, a confirmação da prática de transferir escravos, ainda crianças ou jovens, para seus descendentes (como dote, certamente), a fim de ajudar a constituir novos plantéis, e também uma certa preocupação em privilegiar a filha solteira, por ocasião da partilha dos escravos a serem herdados.

Por tudo isso, creio que têm razão os autores, como Alida Metcalf, quando sugerem que embora nos pequenos plantéis predominassem os solitários e os arranjos matrifocais, é provável que muitos cativos fizessem parte de uma família estendida ou de uma rede de parentesco, ainda que as formas de sua manutenção se enlaçassem estreitamente com os eventos que se desdobravam na vida de seus senhores.⁴⁴ O que de novo apareceu, aqui, foi a lógica que norteava as transferências da propriedade de cativos dos pais para os(as) filhos(as), entre escravistas de poucos recursos.

Mas se Metcalf está certa ao vincular a estabilidade da família cativa aos eventos da vida dos senhores (o que impõe restrições à manutenção dos laços familiares dos escravos), e se não posso deixar de considerar que muitos certamente eram vendidos ou transferidos para outras localidades, não se pode esquecer, por outro lado, que ao menos na freguesia de São José, mesmo vivendo em diferentes propriedades, não deveria ser difícil para os escravos conviver com seus parentes (e uma convivência tão estável como a dos membros das famílias senhoriais, como se viu), já que boa parte deles vivia em casas de parentes de seus proprietários, estes, geralmente vizinhos entre si. Indício disso se encontra, por exemplo, no caso da família iniciada por Antonio Angola e a mulata Simoa. Consultando o Inventário de Bens Rústicos de São José dos Pinhais, censo rural realizado em 1818, localizei as terras de alguns dos filhos e genros de Bernardo Martins e Margarida Oliveira (antigos senhores de Antonio e Simoa). Suas propriedades foram registradas na terceira companhia, sob os números 2 (Manoel José da Cruz, genro), 3 (Gertrudes Martins, filha), 10 (Sargento Comde. Tomás João Ferreira, filho), 15 (Manoel Ferreira de Melo, filho), 55 e 59 (Capitão João da Rocha Loures, genro).⁴⁵

Na verdade, nessa localidade de poucas fazendas e muitos sítios, os contatos entre cativos de diferentes senhores, e entre cativos e livres, não seriam incomuns – e o padrão dos casamentos de escravos, referido anteriormente, preferencialmente com pessoas livres, é indicio forte da ampla gama de relações sociais por eles desenvolvidas.

Mas não só esse contexto me leva a sustentar que a família cativa em regiões em que a regra era a posse de poucos escravos deveria ser muito mais estável do que até agora a historiografia pôde afirmar. O que de mais importante os exemplos até aqui tratados sugerem, a meu ver, é que a manutenção da posse de famílias cativas era em muitos casos a própria condição de constituição e manutenção de famílias escravistas. Afinal, provavelmente muitos dos lavradores e criadores da freguesia só puderam transmitir o *status* senhorial a seus filhos e netos graças a uniões como as de Antonio e Esperança, de Antonio e Simoa, graças ao nascimento de filhos como os das escravas Elena e Dorothea.

Do que até aqui foi visto se pode depreender, pois, que ao fim e ao cabo a manutenção do *status* senhorial em boa medida dependia da vontade escrava. Para esclarecer a afirmação precedente, é preciso

recuperar outro aspecto da lógica escravista: para aqueles com poucos recursos para adquirir escravos no mercado, a reprodução endógena do plantel era crucial. Dito de outro modo, fosse qual fosse o tipo de união levada a efeito por suas cativas, delas resultariam rebentos também de sua propriedade. Já das uniões conjugais efetivadas pelos escravos do sexo masculino, caso não houvesse controle, poderiam resultar rebentos livres (se o cativo se unisse a uma mulher livre) ou cativos, porém de propriedade de outros (se o escravo se unisse a uma cativa de outro plantel). Desta maneira, para aproveitar todo o potencial reprodutivo de sua escravaria, seria mais interessante, a esses pequenos proprietários, a união (sacramentada ou não) de seus escravos com cativas de seu próprio plantel (ou do plantel de um filho ou genro), e a união das escravas restantes com homens livres ou com cativos de outras escravarias. Isto é, caso tivessem o efetivo controle sobre as uniões conjugais de suas propriedades, o padrão dessas uniões matrimoniais deveria se caracterizar por um índice maior de exogamia feminina.

Vale a pena, então, retornar e complementar os dados sobre casamento cativo na freguesia de São José dos Pinhais. Indiquei anteriormente que dos 148 casamentos envolvendo escravos registrados na paróquia entre 1759 e 1888, 64 tinham dois cônjuges cativos, e os outros 84 tinham um cônjuge escravo e outro forro ou livre. Ocorre que, desses 84 casamentos mistos, 46 uniram escravos a mulheres livres, e apenas 38 uniram escravas a homens livres. E note-se que estou usando dados referentes a uma minoria de uniões conjugais, aquelas legitimadas pela Igreja e, sobretudo, aprovadas pelo senhor (indicação disso é que dos casamentos mistos de São José por mim pesquisados,⁴⁶ em todos eles o proprietário ou um parente dele era uma das testemunhas do ato).

Se a autonomia das relações sociais dos escravos pôde ser aqui entrevista mesmo nesses atos mais controlados pelo senhor, o que dizer daqueles (majoritários) realizados e mantidos provavelmente à revelia dos interesses senhoriais? Ou seja, não seria pequeno o número de cativos que se uniam e tinham filhos com mulheres livres, ou com escravas de outros plantéis - a despeito da vontade de seus senhores. Talvez não por acaso os ramos da família iniciada por Antonio Angola e a Simoa que não puderam ser acompanhados ao longo do tempo tenham sido os de seus filhos do sexo masculino, Salvador e João (cf. figura 2). A dificuldade senhorial em controlar as vontades cativas, talvez explique - tão bem ou até melhor do que o argumento do custo - a preferência pela aquisição de mulheres nas raras vezes em que esses escravistas de poucos cabedais recorriam ao mercado para iniciar ou ampliar seus plantéis.

Notas

¹ MATTOSO, Katia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.99.

² LARA, Sílvia H. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Campinas, 2004, p. 15.

³ Para obter um panorama desta produção ver, por exemplo, LARA, Sílvia H. *Escravidão no Brasil: balanço historiográfico*. I.P.H., REVISTA DE HISTÓRIA, 3 n. 1 (1992): 215 e SCHWARTZ, Stuart B. *A historiografia recente da escravidão brasileira. Escravos, roceiros e rebeldes*. (trad.) Bauru, Edusc, 2001, pp. 21-82.

⁴ Em novembro de 1773 o governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, em ofício ao governador e capitão general de Angola, pedia instruções a respeito da defesa do Viamão e queixava-se das dificuldades que vinha tendo em seu governo, motivadas pelas enormes distâncias, pela dispersão da população, pelos rios caudalosos e pelas feras e doenças que grassavam o sertão. (AHU_ACL_CU.023.Cx 6, D. 376). ARRUDA, José Jobson (coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo*, Catálogo 1 (1644-1830), p.97.

⁵ KLEIN, Herbert. *A oferta de mueres no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880*. REVISTA ESTUDOS ECONÔMICOS, São Paulo, v.19, n.2, p.347-372, Maio-Agosto.1989, p. 356.

⁶ Lista Geral da freguesia do Patrocínio de São José da vila de Curitiba (1782). Cópia do acervo do CEDOPE - DEHIS/UFPR, originais no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁷ COSTA, Iraci; GUTIERREZ, Horácio. *Paraná. Mapas de População. 1798-1830*. São Paulo: IPE, 1985, p. 65 e 183.

⁸ Na lista nominativa de habitantes da Freguesia de São José dos Pinhais, de 1782, consta apenas o número de escravos por domicílio, sem indicação de nome, cor, idade e sexo.

⁹ LUNA, Francisco Vidal. *Casamento de Escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829*, p. 226-136. In: NADALIN; MARCILIO; BALHANA. *História e População. Estudos sobre a América Latina*. São Paulo: ABEPI/USP/CELADE, 1990, p. 227-229.

¹⁰ Um excelente inventário dessa produção, no Brasil e nos Estados Unidos, está no livro de José Flávio Motta, *Corpos escravos, vontades livres*. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999, capítulo IV: *Historiografia e família escrava*, p.179-225.

¹¹ FRAGOSO, João Luis; FLORENTINO, Manolo. *Marcélio, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda*. REVISTA ESTUDOS ECONÔMICOS, 17(2):151-73, 1987, p. 151-172.

¹² FRAGOSO; FLORENTINO, *Op. Cit.*, p. 153 a 169.

¹³ Por exemplo: SLENES, Robert. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutoramento, Stanford University, mimeografado, 1976; COSTA, Iraci; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. *A família escrava em Lorena (1801)*. ESTUDOS ECONÔMICOS, Demografia da escravidão. São Paulo: IPE/USP, 17(2):245-295, maio/agosto 1987.

¹⁴ LUNA, Francisco Vidal. Casamento de Escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829. p. 226-136. In: NADALIN; MARCILIO; BALHANA, *op. cit.*, p. 228 e 233.

¹⁵ MOTTA, *Op. Cit.* p. 235 e 238.

¹⁶ COSTA, Iraci; GUTIERREZ, Horácio. Nota sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná. HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES. Curitiba: APANH, 5(9): 313-321. dez. 1984.

¹⁷ COSTA; GUTIERREZ. *Paraná. Mapas de População. 1798-1830*. São Paulo:IPE/USP, 1985.

¹⁸ Livro I de batismos, depositados no Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

¹⁹ Listas nominativas de habitantes de São José dos Pinhais de 1803 e de 1827. Cópias do acervo do CEDOPE - DEHIS/UFPR, originais no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁰ As *Constituições do Arcebispado da Bahia* tratam do assunto em seu título LXXI, destacando o “direito divino e humano” dos escravos e escravas de casar com outro cativo e mesmo com pessoa livre, sem que seus senhores pudessem impedi-los, “nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário pecam mortalmente, e tomam sobre suas consciências as culpas de seus escravos, que por este temor se deixam muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação”. Mas seu texto trata também de pacientar os proprietários ao declarar que “posto que casem ficam escravos como de antes eram, e obrigados a todo o serviço de seu senhor”. Pouco efeito, porém, surtia tal reparação, sobretudo quando se observa que as *Constituições* não apresentam qualquer regulamentação quanto aos casamentos entre escravos de diferentes senhores. Por esta razão, tudo indica que o concubinato, prática geral entre livres, forros e cativos, era ainda mais freqüente entre estes últimos.

²¹ Livro I de batismos, f.130v (1796), fl. 135v (1798), fl. 138v (1800) e fl. 139v (1802). Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

²² Livro I de casamentos, fl. 91. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

²³ Livro I de batismos: Maria (fl. 95v -1782), António (fl. 99v - 1785), João e Simão, gêmeos (fls. 104v e 105 - 1787), Francisca e Escolástica, gêmeas (106v - 1790), Josefa (fl. 124 - 1794) e Januário (fl.132 - 1796). Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

²⁴ Livro I de casamentos, fl. 231, 1795. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

²⁵ Livro I de batismos: Felizarda (fl. 97, 1784), Inácio (fl. 103v, 1787), Manoel (fl. 117, 1792), Elias (fl. 117, 1794) e Jacinta (fl. 132v, 1796). Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

²⁶ Livro I de batismos: Eleutério (fls. 96v/97, 1784), Tomásia (fl. 101, 1785), Felisberta (fl. 104v, 1787), Leonor (fl. 106v, 1790), Maria (fl. 119, 1792), Florentino (fl.124v, 1794), António (fls. 132v/133, 1796) e Izabel (fl.136v, 1798). Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

²⁷ Livro I de óbitos, folha 98. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

²⁸ Genealogia da família Rocha Loures. Arquivo pessoal do Professor Doutor Helio Rocha, a quem agradeço por disponibilizá-lo, pois sem ele esse trabalho de cruzamento não se poderia realizar.

²⁹ Livro I de batismos: Feliciano (fl. 106v/ 1789), Teresa (fl. 115, 1791), Ilária (fl. 128v, 1795), Joaquim (fl. 132, 1796) e Policarpo (fl. 140v, 1801). Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

³⁰ Livro I de casamentos, fl. 92, 1805. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

³¹ Livro 3 de batismos: Ignácio (fl.44v, 1809), Salvador fl.62, 1812) e Ana (fl. 79v, 1814). Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

³² Livro I de casamentos, fl. 15, 1764. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

³³ Os filhos João, Salvador e Agueda têm seus registros de batismos no livro I da paróquia de São José dos Pinhais, em 1773 (fls. 74v e 75), 1776 (fl.79v) e 1783 (fl. 95v), respectivamente. A filha mais velha, Feliciano, tem o registro de casamento, de 1783, no Livro I de casamentos da mesma paróquia. fls. 74v e 75.

³⁴ Livro de casamento I, fls. 74v e 75. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

³⁵ Livro de batismos I: Cipriano (fl. 75v, 1784), Hilario (fl.101, 1785), Inacio (fl. 104, 1785), Bento (fl. 106, 1789) e Escolástica (fl. 114v, 1791). Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

³⁶ Livro I de óbitos, fl. 88v. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

³⁷ Livro I de óbitos, fl. 98. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

³⁸ Lista nominativa de habitantes de São José dos Pinhais de 1803, casa 257.

³⁹ Livro I de óbitos, fl. 95. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

⁴⁰ Lista nominativa de São José dos Pinhais, de 1818, 7ª cia, casa 4.

⁴¹ Livro I de casamentos, fl. 95v. Arquivo da paróquia de São José dos Pinhais, Pr.

⁴² Genealogia da família Rocha Loures. Arquivo pessoal do Professor Dr. Helio Rocha.

⁴³ Livro 3 de batismos da paróquia de São José dos Pinhais: Antonia, 1814, fl. 59 e José, 1814, fl. 79v.

⁴⁴ METCALF, Alida. A família escrava no Brasil Colonial: um estudo de caso em São Paulo, p. 205/212. In: NADALIN; MARCILIO; BALHANA, *Op. cit.*, p 209-210.

⁴⁵ Inventário de Bens Rústicos da Capitania de São Paulo (seção Paraná). Originais no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴⁶ MACHADO, Cacilda. Casamento & Compadrio. Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX (São José dos Pinhais - PR). ANAIS DO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 2004. Caxambu/MG.